



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB – CAMPUS III**  
**CENTRO DE HUMANIDADES-CH- “OSMAR DE AQUINO”.**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO**  
**CURSODE PEDAGOGIA**

**KELLY ADRIANA SILVA FERREIRA**

**Educação e Conselho Escolar: construindo uma Gestão  
Democrática na escola.**

**GUARABIRA – PB**

**2010**

**KELLY ADRIANA SILVA FERREIRA**

**Educação e Conselho Escolar: construindo uma Gestão  
Democrática na escola.**

Monografia apresentada à universidade Estadual da Paraíba –  
UEPB – Campus III. Guarabira-PB, como requisito parcial  
para a obtenção do título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: José Otávio da Silva

**GUARABIRA – PB.**

**2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

F383e

Ferreira, Kelly Adriana Silva

Educação e conselho escolar: construindo uma  
gestão democrática na escola / Kelly Adriana Silva  
Ferreira. – Guarabira: UEPB, 2010.

35f .

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso –  
TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. José Otávio da Silva”.

1. Gestão Democrática      2. Conselho Escolar  
3. Escola      I.Título.

22.ed. CDD 371.200 92

**KELLY ADRIANA SILVA FERREIRA**

**EDUCAÇÃO E CONSELHO ESCOLAR: CONSTRUINDO A GESTÃO  
DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**

Monografia apresentada à universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III.  
Guarabira-PB, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em  
Pedagogia

Aprovada em 06 de 12 de 2010.

**BANCA EXAMINADORA:**

José Otávio da Silva

Prof. Ms. José Otávio da Silva

Orientador - UEPB

Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

Prof<sup>a</sup> Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

Examinadora- UEPB

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof<sup>a</sup> Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Examinadora - UEPB

**GUARABIRA/PB**

**DEZEMBRO/2010**

## DEDICATÓRIA

A minha mãe, Maria das Neves Silva e ao meu pai, José Ferreira Sobrinho, por sempre acreditarem na minha capacidade e por me incentivarem nos meus objetivos de vida. Ao apoio incondicional do meu namorado Antonio Crisnaldo Ferreira Leite, por estar sempre ao meu lado incentivando a não desistir, mesmo nos momentos mais difíceis desta caminhada sempre se fez presente. A essas pessoas, minha eterna gratidão. DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por abençoar-me, guiar-me e iluminar meu caminho, durante todo o percurso, dando-me serenidade e sabedoria para superar todos os obstáculos.

Aos meus pais (José Ferreira Sobrinho e Maria das Neves Silva Ferreira), agradeço pela força constante e por sempre acreditarem no meu potencial.

Aos alunos da turma 2007.1, a qual eu fiz parte durante os quatro anos de curso, agradeço pelas amizades e companheirismo.

Sou eternamente grata ao meu orientador, professor José Otávio da Silva, pela sua boa vontade de colaborar e aceitar ser parceiro neste trabalho, o qual foi um incentivador e mediador na confecção deste trabalho. A você professor, muito obrigada, pelas sugestões e apoio, mesmo quando queria desistir, sempre tinha uma palavra motivadora para continuar esta jornada.

Agradeço a todos os professores que ao longo deste curso foram meus guias e meus espelhos, onde todos me deixaram marcas especiais de ser não uma professora, mais uma educadora mediadora do saber, e hoje já saudosa destes momentos posso dizer que, mais que professores, tornaram-se amigos queridos.

Por fim agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente colaboraram para que eu alcançasse a conclusão deste curso de Pedagogia, fazendo parte da historia da UEPB, sendo da turma pioneira de Pedagogia, sonho este concretizado das professoras, Rita de Cássia da Rocha Cavalcante e Mônica de Fátima Guedes de Oliveira, as quais contribuíram significativamente para este Curso acontecer.

Não existe prática sem teoria, nem teoria sem prática. A prática sem teoria não é prática, mas ação movida pelo ativismo ou por reação instintiva. Teoria sem prática, sem estar ligado ao concreto, ao real, não é teoria, mas discurso retórico, como uma miragem no deserto. Como a atuação do Conselheiro deve ser consciente e intencional, sua formação será mais adequada se trabalhar temas teórico-práticos de sua própria atuação como Conselheiro. (WITTMANN... [et. al.]. 2006, p.18).

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar informações e provocar a discussão a cerca dos conselhos escolares e sua contribuição ao processo democrático na escola, bem como, demonstrar suas contribuições para o desenvolvimento da organização e funcionamento do ambiente escolar. Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos a pesquisa bibliográfica, técnica de entrevista através de questionário com perguntas abertas aplicados com os sujeitos da pesquisa e análise de alguns documentos relacionados ao Conselho Escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A coleta de dados teve como foco a Escola Municipal Alice de Almeida Carneiro localizada na Avenida Olívio Maroja, S/N, no Bairro Belo Vista na Zona Urbana do município de Araçagi, servindo de subsídio para a pesquisa, no intuito de caracterizar a importância da presença do conselho na escola, tomando como parâmetros o cotidiano escolar, refletindo sobre a compreensão dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento do processo educativo, observado a partir das inovações educacionais e sua relação com a construção do conhecimento na formação do educando. Onde os resultados demonstraram que o Conselho Escolar pode ser uma ponte entre a Gestão e a comunidade escolar, bem como colaborar para que a Gestão descentralize e torne-se realmente democrática.

**Palavras-chave:** Conselho Escolar. Educação. Escola. Gestão democrática.

## **ABSTRACT**

This paper aims to provide information and provoke discussion about the school board and its contribution to the democratic process in school and demonstrate their contributions to the development of the organization and operation of the school environment. To develop this research, we adopt the literature search, interview technique using a questionnaire with open questions applied to the subjects and analysis of some documents related to the School Board. This is a qualitative research. Data collection focused on the Municipal School Alice de Almeida Carneiro located at Avenida Maroja Oliver, S/N, Bairro Belo Vista in the urban area of Araçagi, used as subsidies for research, in order to characterize the importance of presence of the council at the school, taking as parameters the school routine, reflecting on the understanding of the social actors involved in developing the educational process, observed from the educational innovations and its relation to the construction of knowledge in elementary education. Where the results indicate that the School Board can be a bridge between management and the school community, and collaborate to decentralize the management and become truly democratic.

**Keywords:** School Board. Education. School. Democratic Management

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO I - CONSELHO ESCOLAR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES.....</b>  | <b>13</b> |
| 1.1. Como se organiza o Conselho Escolar.....  | 17        |
| 1.2. A real função do conselho escolar no âmbito educacional.....  | 18        |
| <b>CAPÍTULO II - DISCUTINDO O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA<br/>COMUNIDADE NA ESCOLA.....</b>                          | <b>22</b> |
| 2.1. A colaboração do conselho escolar para a gestão democrática acontecer.....                                      | 24        |
| <b>CAPÍTULO III - A PESQUISA: PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS, COLETA,<br/>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS.....</b> | <b>26</b> |
| <b>3.1. Universo e Amostra.....</b>  | <b>26</b> |
| 3.1.1. Apresentando o Estatuto do Conselho Escolar.....  | 27        |
| 3.1.2. Apresentação da atual composição do Conselho Escolar.....   | 29        |
| <b>3.2. Análise e discussão dos dados: A Pesquisa.....</b>   | <b>32</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>35</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>37</b> |
| <b>APÊNDICE</b>  |           |
| <b>ANEXOS</b>  |           |

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a escola vem passando por diversas mudanças no âmbito pedagógico e político, vêm conquistando espaços cada vez mais abrangentes, surgindo mecanismos novos e favoráveis ao seu desenvolvimento.

A perspectiva agora é de impulsionar meios, formas e ações que facilitem a participação popular, o discurso muda de uma linguagem tradicional, autoritária, para uma linguagem democrática e com isso ganha força a existência dos conselhos escolares como meios de consolidação do discurso democrático na escola e na transparência pública.

A escola ganha com a atuação do conselho escolar por que possibilita a mobilização coletiva, a promoção de intercâmbio, a valorização da pluralidade de idéias, a inclusão das diferenças, a articulação por setores e segmentos da escola, a solidariedade, a cooperação, a tolerância e a construção de parcerias. As pessoas também ganham porque possibilita o desenvolvimento de liderança, a capacidade de comunicação, o exercício da cidadania, o desenvolvimento da autoconfiança, a parceria na construção de uma sociedade democrática.

A grande missão do conselho escolar é ajudar a escola na conquista de sua autonomia, tomando como foco as condições das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras sem perder de vista o objetivo maior da escola que é o de propiciar um clima favorável as aprendizagens dos educandos.

A criação e o desenvolvimento de conselhos escolares vêm ganhando um espaço significativo na trajetória das escolas, uma vez que procuram abarcar as necessidades em que atuam de maneira autônoma e precisa, construindo assim, uma nova história, baseada em propostas e/ou condições de compartilhar melhoramentos para o processo educativo.

Partindo-se desses pressupostos, este trabalho visa discutir o papel dos conselhos escolares e sua importância no processo democrático nas escolas. Portanto, pretende-se entender qual a contribuição dos conselhos escolares para a consolidação da gestão democrática na escola. Trata-se, no entanto, de um estudo surgido a partir da nossa preocupação enquanto docente de escola pública, gestora escolar e membro de conselho escolar, que observando as formas de atuação dos conselhos escolares perceberam que muitas vezes, por falta de conhecimento sobre o papel dos conselhos e das condições de criação e atuação que lhes são impostas pelo poder instituído, eles não vêm cumprindo seu papel, uma

vez que, estão condicionados por interferências externas à escola, que atentam contra o seu desempenho junto à comunidade escolar.

Por estes motivos supracitados, realizamos uma pesquisa de campo, mais precisamente, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Alice de Almeida Carneiro, localizada no município de Araçagi-Pb, no intuito de interligar teoria e prática, com direcionamento na pesquisa qualitativa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotamos a técnicas de entrevista, questionários e análise de documentos, no intuito de caracterizar a importância da presença do conselho na escola, tomando como parâmetros o cotidiano escolar, refletindo sobre a compreensão dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento do processo educativo, observado a partir das inovações educacionais e sua relação com a construção do conhecimento na formação do educando. Assim, este trabalho está constituído das seguintes partes:

No primeiro capítulo, trata-se de questões teóricas, o que relata alguns autores sobre conselho escolar, quais suas percepções acerca deste tema, possibilitando esclarecimentos precisos para professores, alunos, pais e responsáveis de alunos, gestores escolares e comunidade.

Em um segundo momento, enfatiza-se o processo de participação da comunidade na escola e quais as possíveis mudanças que podem ocorrer no âmbito escolar através de uma prática democrática.

O terceiro capítulo trata da pesquisa de fato, realizando-se uma análise e discussão dos dados obtidos, sendo parcial na conclusão dos dados, pois vale salientar que o importante é a colaboração para o crescimento intelectual, profissional e pessoal acerca do tema central deste trabalho, não tendo intuito de avaliar a instituição pesquisada de forma definitiva.

No desfecho dos capítulos e nas considerações finais, retomam-se as propostas discutidas ao longo deste trabalho, fazendo um entrelace em relação ao tema, mas encaminhando como principal meta reunir propostas para colaborar com a escola pesquisada e com os possíveis leitores deste trabalho. Além de procurar um direcionamento de conclusão acerca do que foi discutido ao longo do mesmo.

## CAPÍTULO I

### CONSELHO ESCOLAR: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Com as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e em especial no contexto educacional, provocadas pela presença poderosa do mercado, necessita-se perceber os desafios que são postos pelas políticas que interferem na escola, condicionadas pelo neoliberalismo e pelo processo de globalização que querem a todo custo impor suas regras à sociedade e conseqüentemente ao processo educativo.

Estas implicações devem ser esclarecidas e passarem por um processo de conscientização por parte dos representantes da escola, encaminhando-se para uma renovação no âmbito educacional, possibilitando assim, ações de transformações. Este espaço de reação às investidas do neoliberalismo pode estar interligado ao conselho escolar, conforme nos afirmam os diversos autores que discutem as relações existentes entre o neoliberalismo e a educação, especialmente no tocante a participação e a interferência popular no processo educativo:

No discurso neoliberal a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Conforme Albert Hirschman, este discurso apoia-se na "tese da ameaça", isto é, num artifício retórico da reação, que enfatiza os risco de estagnação que o Estado do Bem-Estar Social representa para a livre iniciativa: para a produção de bens de consumo, maquinário, para o mercado, para a nova ordem mundial.(MARRACH: 1996, p.26)

No Brasil, embora não haja Estado do Bem-Estar Social, a retórica neoliberal é basicamente a mesma. Atribui à participação do Estado em políticas sociais a fonte de todos os males da situação econômica e social, tais como: a inflação, a corrupção, o desperdício, a ineficiência dos serviços, os privilégios dos funcionários. Defende uma reforma administrativa, fala em reengenharia do Estado para criar um "Estado mínimo", afirmando que sem essa reforma o país corre o risco de não ingressar na "nova ordem mundial". (MARRACH: 1996, p. 42-56).

Nessa perspectiva, faz-se necessário discutirmos o conceito de conselho, para podermos entender de fato o papel e a importância dos conselhos escolares hoje nas escolas, frente às políticas impostas pelo discurso neoliberal. Ao recorrermos ao dicionário Aurélio, para que este nos ofereça o significado da palavra Conselho, ele coloca que o termo conselho significa:

Advertência que se emite; aviso. 2. Corpo consultivo e/ou deliberativo que se reúne para tratar de assunto de interesse público ou particular: Conselho de ministros, conselho de diretores de banco. (AURÉLIO, 2001, p.177).

Nesta primeira compreensão acerca do termo Conselho, percebe-se a importância deste no espaço escolar, pois possibilita tratar do interesse escolar através da conversa, ou seja, possibilita dialogar com ênfase no bem comum.

Ainda faz-se necessário, refletir acerca da origem etimológica da palavra conselho. Cury nos oferece a seguinte contribuição:

Conselho vem do latim *consilium*. Por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulere*, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso. (CURY, 2004, p.47).

Portanto, o discurso relacionado a este colegiado, implica em um ambiente de saber falar e ouvir, colaborar com sugestões, refletir sobre situações que podem estar ocorrendo no âmbito escolar, além de ser um espaço de democracia e participação ativa dos membros envolvidos.

Os membros do Conselho escolar têm a participação garantida nos encontros organizados pela escola, podendo usufruir deste espaço para expor suas sugestões e opiniões, pois:

A fala é o principal recurso utilizado para ocupar o espaço de poder que se constrói, durante as reuniões dos Conselhos Escolares. A fala consiste na materialização do pensamento em palavras, sendo que suas condições de uso e significado dependem do contexto e dos emissores e ouvintes. (VYGOTSKY, 1987. Apud. WERLE, 2003, p.11).

Ficando evidente que, não basta falar por falar, mas estar comprometido com a escola e seus interesses. Cada membro precisa estar consciente da suma importância que retrata todos os encontros/reuniões, pois sua participação necessita-se ser ativa, seja favorável ou não as decisões, ou seja, procurar colaborar com o bom andamento da organização educacional, pois cada indivíduo tem sua visão própria de solicitar encaminhamentos para as situações em discussão, procurando concretizarem-se os objetivos de cada percepção dos representantes em resultados que seja favorável para a instituição escolar e seus envolvidos.

Nessa perspectiva, nos direcionamos para uma construção da conquista desse espaço, conforme é demonstrado na história da educação, seus primeiros passos e trajetória, nas

primeiras experiências, sendo evidenciada através de conselhos comunitários. De acordo com Cyrino (2000, p. 256,):

Tratava-se de uma participação ‘outorgada’ da população nos referidos Conselhos, pois sua criação e estruturação e todas as regras participativas eram de iniciativas do poder público, restando à população a simples adesão. Eram órgãos consultivos de governo, legitimando a atuação estatal.

Essa concepção nos oferece uma base em torno do que se se pretendia inicialmente com a criação desse colegiado, o intuito era de obedecer às possíveis regras, onde o Estado era visto como o que decidia e a população aceitavam as decisões sem questionar, era apenas para tornar públicas as decisões do governo. Este conceito predominou durante muitos séculos no Brasil.

Essa lógica é evidenciada na fala de Bordignon (2004), ao afirmar que a concepção que imperava era do Estado como algo que pertencia à autoridade e, como tal, os conselhos que eram tidos como conselhos de governo, criados para servir ao governo, deveriam obedecer à vontade superiores, além desse fator, Bordignon enfatiza que:

Esses Conselhos eram formados ou compostos por pessoas letradas, dotadas de saber erudito, pois, para os governantes, o saber popular não oferecia serventia à gestão da coisa pública. Essa concepção perdura até os anos 1980, quando surgem algumas experiências com os Conselhos Populares, especialmente com as práticas de alguns governos ditos democráticos-populares, que imprimem a lógica do Orçamento Participativo nas cidades que governavam. (Caderno 7 do Programa Nacional dos Conselhos Escolares, 2007, p. 79).

Seguindo este pensamento, pode-se perceber que, não se valorizava o conhecimento empírico para a composição do conselho, pois a preferência era oferecida as pessoas com um suporte de um conhecimento abrangente ou pode-se dizer técnico, ou seja, pessoas essas que eram supostamente engajadas nos mesmos propósitos do governo. Mesmo surgindo conselhos ditos populares, ficava distante de ser um conselho com fonte no bem em comum como deve ser, ou seja, não se configuravam como de caráter deliberativo, tendo em vista que o que se discutia nas reuniões não tinha que ser obrigatoriamente executado.

Seguindo a trajetória histórica dos conselhos no Brasil, verifica-se que é a partir da década de 1990 que as experiências de conselhos deliberativos começam a se concretizar, “contando com participação popular efetiva, sem mera adesão, quando surgem os Conselhos

de Saúde e depois os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os da Assistência Social” (Cyrino, 2000, p. 256).

A partir da análise dos rumos tomados pelos conselhos é que entendemos a sua gênese, pois se compreende que para alcançar qualquer que seja os objetivos que se pretende, é preciso lutar pelos direitos, estando cientes dos deveres também, ou seja, os conselhos que foram surgindo ao longo dos anos em diversas áreas até se alcançar toda a sua dimensão passaram por um longo processo de busca dos direitos populares, através de associações e movimentos populares, uma vez que:

O desejo de participação comunitária se inseriu nos debates da Constituinte, que geraram, posteriormente, a institucionalização dos conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos têm um caráter nitidamente de ação política e aliam o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base (BORDIGNON, 2004, p.17)

Sendo assim, percebe-se que a intenção dessa trajetória dos conselhos, era simplesmente relacionar os diversos conhecimentos existentes, ou seja, integrar os dois conhecimentos para possibilitar um bom andamento em seus setores de atuação, além desse fator, também almejava a conquista de um espaço, onde poderiam discutir assuntos que se necessitava de atenção, no qual a população comunitária poderia ter vez e voz, participando das reuniões e discussões, porém é também a partir do final da década de 1980 e início da de 1990 que os conselhos escolares começam a adquirir centralidade, não só no âmbito das discussões pedagógicas, administrativas e financeiras, mas também no âmbito das políticas governamentais e no campo da legislação educacional.

Portanto, compreende-se que os conselhos escolares se direcionaram ao longo do tempo num vasto campo de atuação, indo além das questões burocráticas, passando a ser discutidos e defendidos na legislação educacional, como a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) e o Plano Nacional de Educação (PNE) e implantado na perspectiva de estreitar a relação entre a comunidade e a escola, através das representações comunitárias.

Assim, conclui-se que o conselho escolar configura-se, como órgão de representação da comunidade escolar e, desse modo, visa à construção de uma cultura de participação, constituindo-se em espaço de aprendizado do jogo político democrático e de formação político-pedagógica. Por essa razão, a consolidação dos conselhos escolares implica em buscar a articulação efetiva entre os processos pedagógicos, a organização da escola e o financiamento da educação e da escola propriamente dita.

Nessa perspectiva, fica evidente que para o conselho escolar ter sua originalidade confirmada necessita-se estar em permanente contato com a comunidade, defendendo, discutindo e solucionando possíveis problemas que esta comunidade detecte no âmbito educacional.

Além desta visão, precisa observar todos os aspectos que norteiam a escola, pois se entende que para o conselho ser realmente espaço de decisão da comunidade local e escolar, ele precisa ser um órgão que tenha caráter deliberativo, ou seja, que discuta, defina e delibere sobre as questões referentes à instituição escolar, além de o que foi definido democraticamente.

Nesse sentido, esse colegiado foi criado com intuito de somar e não de dividir, pois seu objetivo está voltado para a descentralização do poder, ou seja, integrar e envolver a todos no processo educativo, social e fiscalizador dos recursos da escola, visando à democratização do espaço escolar com apoio de todos.

### **1.1 Como se organiza o Conselho Escolar**

Uma dificuldade que se percebe no âmbito escolar é a organização do conselho. Como algumas escolas podem estabelecer princípios se desconhecem alguns termos essenciais para legitimar este colegiado no âmbito educacional, sendo assim nos direcionaremos a procurar resgatar este esclarecimento para que facilite a prática deste colegiado.

Dessa forma, primeiramente para constatar a elaboração e criação inicial do conselho escolar é preciso elaborar seu regime interno e o seu estatuto, especificando as finalidades que serão abordadas e tratadas por cada membro da UEX (Unidade Executora) ao longo da sua trajetória, tendo como princípio primordial o bem estar da escola, da comunidade local e seus envolvidos. Além de estar especificada nestes documentos a função de cada membro representativo do Conselho Escolar, precisa-se estar notoriamente discriminado quem pode estar representando este colegiado, pois é afirmado que:

O Conselho Escolar é constituído por representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho. (MEC: 2007, pag. 07)

Estando instituída esta primeira etapa, dividem-se os representantes do Conselho Escolar, em: diretoria, sendo: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e tesoureiro; Conselho deliberativo: Presidente Secretário; Conselho Fiscal: Membros Efetivos e Conselheiros, Suplentes.

O processo de criação do Conselho escolar necessita de atenção, pois candidata-se os disputantes aos diversos cargos e elaboram suas chapas, em seguida é promulgada com antecedência uma reunião, onde será realizada uma votação democrática, estando presente, demais funcionários, pais/responsáveis de alunos, alunos majoritários, representantes da comunidade e dentre outros que disponibilizem fazerem-se presentes, sendo eleito os candidatos que alcançarem a maioria dos votos ou 50% mais 1 voto.

Os membros do Conselho Escolar precisam estar informados de que sua colaboração para com a escola é vinculada ao desinteresse financeiro, ou seja, é um trabalho voluntário compromissado realmente apenas no bem estar da comunidade escolar, conforme atesta Werle:

“Numa época em que as coisas transformam-se em mercadorias comercializáveis a preços competitivos, os conselhos Escolares existem pelo trabalho desinteressado, pelo tempo dado de graça, pelo esforço gratuito dos representantes de pais, alunos, professores e funcionários que, juntos, pensam a escola. O Conselho Escolar reaviva o sentido comunitário e de bem comum, podendo constituir-se em uma comunidade de solidariedade”. (2003.p. 49).

Assim é instituído o Conselho escolar no espaço da escola, em sentido pleno de dedicação descompromissada de troca de interesses, tendo como objetivos primordiais interligar a comunidade a escola, perceber o bom funcionamento da escola, ver a educação de qualidade acontecendo e sobre tudo a satisfação do dever cumprido. Fazer parte deste colegiado é sentir-se inteiramente realizado, colaborador da solidariedade, mobilizador das transformações é oferecer sentido as ações da vida que necessitam da nossa atenção, em suma, é fazer a nossa parte sem esperar que alguém nos mande.

## **1.2 A real função do conselho escolar no âmbito educacional**

Não existe prática sem teoria, nem teoria sem prática. A prática sem teoria não é prática, mas ação movida pelo ativismo ou por reação instintiva. Teoria sem prática, sem estar ligado ao concreto, ao real, não é teoria, mas discurso retórico, como uma miragem no deserto. Como a atuação do Conselheiro deve ser consciente e intencional, sua formação será mais adequada se trabalhar temas teórico-práticos de

sua própria atuação como Conselheiro. (WITTMANN... [et. al.]. 2006, p.18).

Quando nos remetemos a pensar sobre a função do conselho escolar nas escolas, logo fazemos uma ponte a questões burocráticas, ou seja, a responsabilidade de prestar conta dos recursos que as escolas recebem, dentre esses recursos pode-se citar o recurso do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), destinado as escolas pelo Governo Federal, para o funcionamento anual das escolas. Esta é uma das primeiras concepções que é remetido aos Conselhos Escolares nos estabelecimento de ensino e na percepção de diversos funcionários. Diversos teóricos confirmam que a amplitude da ação do Conselho Escolar é vasta, que este pode contribuir significativamente com o bom funcionamento da escola, além de facilitar diversos assuntos que englobam o espaço escolar.

Como observa Cury (2004, p. 47):

A existência desses conselhos, de acordo com o espírito das leis existentes, não é o de serem órgãos burocráticos, cartoriais e engessadores da dinamicidade dos profissionais e administradores da educação ou da autonomia dos sistemas. Sua linha de frente é, dentro da relação Estado e Sociedade, estar a serviço das finalidades maiores da educação e cooperar com o zelo pela aprendizagem nas escolas brasileiras.

Sendo assim, percebe-se que é de suma importância o papel que exerce este colegiado no ambiente escolar. As contribuições que este pode oferecer através de seus representantes, com visões privilegiadas de pessoas autônomas que privilegia o melhor para os indivíduos desta comunidade, visando o bem social, econômico e político podem ser de grande valia para o desenvolvimento da escola, principalmente quando está ligado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Segundo o Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos escolares, o conselho escolar é inteiramente envolvido com as questões político-pedagógica, este aspecto propicia um ambiente participativo, onde os assuntos relacionados à educação tornam-se o centro das discussões, com intuito de cada vez mais qualificá-la. Procurando assim, realizar espaços democráticos com decisões coletivas nas escolas.

Além desses princípios, vale salientar a visão de Werle (2003) onde, os Conselhos Escolares estão comprometidos com todos os demais princípios – liberdade, igualdade, qualidade, gratuidade e pluralismo – e sua consolidação deverão ocorrer e decorrer da sua efetivação.

Sendo assim, este colegiado compromete-se com todas as questões que cerca a escola, no intuito de envolver-se para defender e priorizar os assuntos que necessitam de atenção e encaminhando de propostas de mudanças com ênfase no bem em comum sem discriminar e excluir os indivíduos que no ambiente educacional faz-se presente, procurando sempre um direcionamento para a coletividade e satisfação se possível de todos ou da maioria. Além disso, precisa promover espaços que contribua para a liberdade de expressão, ou seja, este ambiente propicia igualdade de oportunidade para discutir assuntos que necessitam de esclarecimentos e direcionamentos de mudanças.

Nesse contexto, ser membro do Conselho Escolar é fazer parte de uma construção democrática da cidadania participativa, que promove conscientização voltada para processos ativos de decisões. Além desses pontos cruciais já mencionados, ainda seguindo o pensamento de Werle (2003, p. 46), “os Conselhos Escolares direcionam-se como um mecanismo público de controle, defesa e construção do interesse da Educação pública”.

Essa prática dos Conselhos Escolares reflete no cotidiano das escolas, a qual pode contar com um colegiado que defende os interesses e necessidades do espaço educacional. Portanto, os membros do Conselho escolar estão mais favoráveis ao conhecimento das reais necessidades da escola que atua, pois já que os membros que o compõem estão direta ou indiretamente ligados a escola, tem uma visão privilegiada destas necessidades. No entanto, os conselheiros precisam conhecer seu papel diante das reais necessidades da escola que eles representam. Logo sua função é:

- Fiscalizar como os recursos estão sendo aplicados e se as finanças estão em ordem;
- Zelar pelas atividades educativas;
- Buscar as raízes dos problemas de indisciplina e de relacionamento (professor-aluno) e apresentar soluções;
- Promover a prática da Democracia e da Solidariedade. (SPERANDIO, <http://coordenacao-ativa.blogspot.com>. acessado dia 07 de novembro de 2010).

Dessa forma, ficam evidentes as dimensões que englobam os conselhos escolares, ficando visível qual sua real função no âmbito educacional, suas prioridades e finalidades que abarca este colegiado, sendo um princípio de democratização do espaço escolar. Estando compromissado a colaborar através das diversas dimensões da escola, sendo especificado diante dos princípios importantes que já conhecemos, mas faz-se necessário deixarmos registrada, a sua especificidade no ambiente escolar, que é:

- Elaborar o regimento;

Elaborar o plano administrativo conjuntamente com a direção da escola sobre a programação e aplicação dos recursos para a manutenção e conservação da Escola;  
Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do projeto político-pedagógico da comunidade escolar;  
Divulgar periódica e sistematicamente informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e à qualidade dos serviços prestados;  
Convocar assembléias gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos;  
Definir o calendário escolar, no que competir à unidade, observando a legislação vigente;  
Fiscalizar a gestão administrativo-pedagógica e financeira da comunidade escolar;  
Emitir parecer conclusivo na prestação de contas que demonstra a aplicação dos recursos financeiros transferidos por Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, à Escola e ou Círculo de Pais e Mestres. ([www.caxias.rs.gov.br](http://www.caxias.rs.gov.br), acessado dia 07 de novembro de 2010).

Com isso percebe-se, que a função deste colegiado não se remete apenas a questões burocráticas, vai além de todo o nosso conhecimento já adquirido antes deste estudo, ou seja, quando um representante do Conselho Escolar assumir seu cargo diante de uma comunidade escolar está assumindo uma amplitude de responsabilidade e afazeres, não basta apenas “indicar-se” ao cargo de membro do Conselho escolar, precisa estar consciente de que será cobrada sua participação diante os assuntos discutidos nas reuniões, envolvimento nas questões educacionais e compromisso na realização diante das propostas decididas em conjunto.

Em suma, de acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC, 2007: p.32-34):

O Conselho é uma instância importante para que a escola contribua na construção da democracia.

O Conselho é um órgão colegiado, suas decisões só são tomadas em reunião.

O Conselho é um espaço de zelo e de observação.

O Conselho é uma instância de busca de soluções.

O Conselho é uma entidade pró-ativa.

Assim, os Conselhos Escolares nestes pressupostos acima citados, promulga uma instância de democracia, construindo nas escolas uma trajetória de renovação, onde o poder é descentralizado, procurando visar o coletivo, praticando condições de melhoria tanto na escola quanto na comunidade exercendo parcerias com objetivo de enfrentar as dificuldades e os desafios.

## **CAPÍTULO II**

### **DISCUTINDO O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA ESCOLA**

Um dos desafios contingentes que a escola enfrenta na sua rotina, pode-se afirmar que estar interligado a dificuldade de interagir com a comunidade, ou seja, fazer com que tenha esta parceria para facilitar o andamento da escola. Sendo assim, como conscientizar esta clientela da importância que exerce no funcionamento da escola? Esta é uma pergunta que diversos educadores se questionam cada vez que necessitam da colaboração da comunidade, pois compreendem que precisa existir esta aproximação entre escola e a comunidade local e que cada vez mais estar dispersa, seja por questões subjacentes ou comodismo por ambas as partes, pois:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetadas (LÜCK, 1996. Apud LÜCK, 2008, p.19)

Cabe aos indivíduos que são envolvidos e compromissados no ambiente escolar, desenvolver da melhor forma possível, uma conscientização da importância que traz e faz a participação da comunidade na escola. Essa responsabilidade não abarca somente os pais que matriculam seus filhos nas escolas ou aos diversos funcionários que trabalham neste ambiente, remete-se também a comunidade local e vizinhança, para compor uma parceria de troca de conhecimentos e melhorias para o bom andamento do funcionamento da escola, havendo assim uma interação entre a comunidade e a escola, como ressalta DAVIS (et al. 2002, p. 36),

A realização de atividades culturais, desportivas e de outra natureza entre a comunidade escolar em sentido estrito e amplo, favorece o diálogo e colabora no estabelecimento de um clima de confiança e compreensão mútua. A convivência entre a escola e a comunidade requer boa vontade e interesse das partes envolvidas.

Esses momentos favorecem o contato entre os administradores da escola e a comunidade escolar para possibilitar um contato harmonioso e descontraído, mas que seja visto como um dos mecanismos que as escolas podem recorrer e não o único, pois esta é uma

forma de atrair a comunidade até a escola, mais que não seja tornado um vício, ou seja, diversas comunidades já se acostumaram com esses eventos de datas comemorativas, entre outros. Precisa ser um contato se possível de forma espontânea de ambas as partes, notificar os possíveis avanços e trajetórias que estão almejando para a escola, possibilitando abertura para que a comunidade sintam-se motivada para colaborar com a escola sem cobrança ou pressão de ambas as partes, participando inclusive do conselho escolar.

Somos conscientes de que muitos problemas das escolas estão interligados a família, esta eventualidade reflete nesta participação que é almejada pelos representantes da escola, quando a família é convidada para vir a escola, diversas delas se omitem a comparecer, pois já conhecem qual vai ser o assunto discutido. Esta é uma questão que se depara o ensino, ficando a escola com o papel de “amenizar” as situações.

Por estes casos que norteiam a escola, há esta preocupação de buscar momentos especiais para que a escola junto com a família e a comunidade escolar direcione-se para a melhor solução possível.

Não precisa necessariamente a comunidade escolar ser solicitada apenas em ocasiões de solução de problemas, mas também promover encontros onde apresente os avanços, as melhorias e conquistas, assim esta parte da escola sente-se privilegiada em participar dessas aproximações e o conselho escolar junto à gestão da escola possui um papel fundamental para estabelecer relações com a família, através dos representantes dos pais e da comunidade no conselho escolar.

Segundo o caderno 6 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2007, p. 13:

O envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local torna-se indispensável e decisivo para o planejamento, a execução e a avaliação dos objetivos, metas ações e inovações demandam uma efetiva e ampla participação.

Por tudo o que foi exposto até o momento, fica claro que a escola para alcançar seus objetivos necessita-se esta interligada com a comunidade, deixando todo o engajamento político que neste ambiente se instalou ao longo dos anos.

Neste sentido a comunidade escolar precisa abranger seu entendimento a cerca da sua participação no espaço escolar, nos conselhos e por outro lado a escola precisa perceber que esta parceria precisa acontecer de forma espontânea, ou seja, cada qual realizando a sua parte para a melhoria de todos.

## 2.1. A colaboração do conselho escolar para a gestão democrática acontecer

Um órgão colegiado escolar constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar o objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. (LÜCK, 2008, p.66).

As escolas que possuem um conselho escolar ativo, que realmente se envolvem nos assuntos da escola, colaborando efetivamente nos processos administrativos e educativos do ambiente escolar, estão proporcionando a democratização deste espaço. Além de ser um subsídio significativo para a gestão da escola, pois esta precisa promover este espaço, para desenvolver os trabalhos em conjunto com os pais, professores, alunos, funcionários e representantes da comunidade local, direcionando-se na busca da educação de qualidade.

Sendo assim, este colegiado tem como responsabilidade, fiscalizar, colaborar e apoiar nas decisões da gestão da escola, estando todos conscientes que as decisões precisam estar como acordo entre todos e direcionando-se o mais rápido possível para os passos das transformações serem concretizados, sabendo-se que estas decisões precisam estar entrelaçadas na melhor solução para todos. Assim,

Com o Conselho Escolar, a gestão da escola passa a ser uma gestão colegiada, onde os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade e socialmente relevante. Com isso, divide-se o poder e as conseqüentes responsabilidades, incluindo as responsabilidades do Estado com a escola pública. (MEC: 2007, p.50).

Esse discurso engajado em prioridades de se almejar a essência da educação de qualidade faz parte de questões que sempre estiveram presentes na educação, pois compreendemos que quando se trabalha em um ambiente que visa este objetivo e se preocupa nesta concretização, os conselhos escolares tornam-se primordiais para alcançar a democracia na escola, além de ser um subsídio importantíssimo para a descentralização do poder que ainda insiste em permanecer entre os muros das escolas.

Desenvolver um trabalho que possui a colaboração de todos os envolvidos facilita o segmento das propostas no âmbito educacional, colabora com a sintonia entre os funcionários e o respeito mútuo. Os Conselhos Escolares tem como objetivo propiciar esta colaboração aos estabelecimentos de ensino e a gestão das escolas.

Cabe ao Conselho Escolar zelar pela manutenção da escola e participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira, contribuindo com as ações dos dirigentes escolares a fim de assegurar a qualidade de ensino. Eles têm funções deliberativas, consultivas, fiscais e mobilizadoras, garantindo a gestão democrática nas escolas públicas. (MEC: 2010, pag. 03).

A todos os elementos que remetem o conselho escolar observa-se que este possibilita um trabalho autônomo e participativo, com ênfase nas propostas da escola e auxilia através das discussões em reuniões extraordinária processos que viabilize mudanças, colaborando com uma construção de gestão centrada no bem de todos, compartilhando as idéias e o pensamento coletivo para alcançar o melhor caminho.